

REGINA TAMAMI HIROSE

Coordenadora

Prefácio

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

DESAFIOS E AVANÇOS NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Ahmed Sameer El Khatib • Antônio José da Silva Barros • Bruno Maciel dos Santos • Carlos Figueiredo Mourão • Carolina Yumi de Souza • Claudio Carlos Welzel • Gerson Romantini • Glauco Costa Leite • Guilherme Pereira Grassi • João Pedro Gebran Neto • José Elias Asbeg • José Roberto Pimenta Oliveira • Júlio Marcelo de Oliveira • Lidia Maejima • Luís Fernando Marona • Marcel Mascarenhas dos Santos • Marcello Terto e Silva • Marcio Ponciano da Silva • Maria Carolina Martins e Ortiz Pelosini • Mariana Tavares • Moisés Boaventura Hoyos • Néfi Cordeiro • Otávio Moreira de Castro Neves • Rafael Fernandes Souza Dantas • Rafael Prandini Rodrigues • Raphael Diógenes Serafim Vieira • Regina Tamami Hirose • Renato Rabe • Roberto Livianu • Roberto Zaninelli Covelo Tizon • Sandro Couto • Victor Jen Ou • Wallace Paiva Martins Junior

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

1143285

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 - 15º andar - Savassi - CEP 30130-012
Belo Horizonte - Minas Gerais - Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br - editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Estes foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail <editorial@editoraforum.com.br> para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C314 Carreiras típicas de Estado: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção/ Regina Tamami Hirose (Coord.).- Belo Horizonte : Fórum, 2019.

465p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0628-2

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Econômico. 4. Direito Tributário. 5. Direito Financeiro. I. Hirose, Regina Tamami. II. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

HIROSE, Regina Tamami (Coord.). *Carreiras típicas de Estado: desafios e avanços na prevenção e no combate à corrupção*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 465p. ISBN 978-85-450-0628-2.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO	19
Constituição cidadã: valorização dos princípios e dos direitos individuais.....	19
Do princípio da moralidade administrativa e do combate à corrupção.....	22
Da corrupção.....	24
O papel das carreiras típicas de Estado no combate à corrupção.....	25
Dificuldades e desafios.....	29
Algumas sugestões.....	30

**NÍVEIS DE CORRUPÇÃO NO BRASIL AO LONGO DOS 30 ANOS DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE DOS ESCÂNDALOS
OCORRIDOS ENTRE 1988 E 2013**

AHMED SAMEER EL KHATIB	33
1 Introdução.....	33
1.1 Contextualização.....	33
1.2 Como mensurar a corrupção?.....	35
1.3 Pesquisas baseadas na percepção.....	36
1.4 Pesquisas baseadas em experiências.....	37
2 Níveis de corrupção.....	38
2.1 Governos estaduais e municipais.....	39
2.2 Partidos políticos.....	39
2.3 Legislatura.....	40
2.4 Poder Judiciário.....	40
3 Escândalos de corrupção e respostas governamentais entre 1988 e 2013.....	41
4 Supervisão, investigação e punição da corrupção no Brasil.....	45
4.1 Supervisão em nível federal.....	45
4.2 Investigação em nível federal.....	46
4.3 Punição em nível federal.....	48
4.4 Prestação de contas.....	49
5 Considerações finais.....	50
Referências.....	51

AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ACOMPANHAMENTO CIDADÃO DA GESTÃO PÚBLICA SEGUNDO O MARCO CONSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA BARROS	55
1 Introdução	55
2 A redemocratização brasileira e o nascimento da cidadania ativa	56
3 O controle social na Constituição Federal de 1988	57
4 Germina uma semente cidadã no Paraná	58
5 Os primeiros anos e a metodologia premiada	60
6 O custo social da corrupção nos municípios mais pobres.....	62
7 O marco legal participativo brasileiro	63
8 OSB: o sistema brasileiro de Observatórios Sociais.....	65
9 Conclusão: desafios e perspectivas	67
Referências	68

O COMBATE À FRAUDE FISCAL ESTRUTURADA PELA PGE/SP

BRUNO MACIEL DOS SANTOS	71
Introdução	71
1 A gestão da dívida ativa e as estratégias para recuperação de ativos no Estado de São Paulo	72
2 O combate à fraude fiscal estruturada no Estado de São Paulo.....	73
2.1 A identificação da fraude e a alegação de planejamento tributário	76
2.2 O caminho da recuperação judicial.....	79
3 Invertendo o tempo do processo: identificação do real beneficiário e indisponibilização do patrimônio	80
4 A importância da atuação interinstitucional	82
Considerações finais	83
Referências	84

A ESSENCIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARA A EDIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA E O ALARMANTE DÉFICIT DA ADVOCACIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS

CARLOS FIGUEIREDO MOURÃO, RAPHAEL DIÓGENES SERAFIM VIEIRA	85
1 Introdução	85
2 O público e o privado: a essencialidade das instituições para a preservação do Estado Democrático de Direito	87
3 O surgimento da advocacia pública municipal no Brasil	89
4 A essencialidade da Advocacia Pública para o Estado Democrático de Direito.....	90
5 Institucionalização das procuradorias municipais: principais resultados do 1º Diagnóstico de Advocacia Pública Municipal no Brasil	91
5.1 Do déficit institucional de Procuradores Efetivos nos Municípios Brasileiros – levantamento do 1º Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Brasil (2017).....	91
5.2 Das eficiências geradas para a Administração Pública dotada de Procuradoria.....	95
6 A atuação da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM) em prol da institucionalização da Advocacia Pública Municipal.....	97
7 Conclusões.....	99
Referências	101

SISTEMA ANTICORRUPÇÃO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O PAPEL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CAROLINA YUMI DE SOUZA	103
1 Introdução – Quadro geral do sistema anticorrupção: Constituição de 1988, cenário internacional e articulação interna	103
1.1 A Constituição de 1988 e o sistema anticorrupção	103
1.2 Normas internacionais	105
1.3 Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)....	107
2 Lei de Improbidade Administrativa e atuação da AGU	108
2.1 Lei da Improbidade Administrativa	108
2.1.1 Tipificação dos atos de improbidade	109
2.1.2 Sujeitos do ato de improbidade	110
2.1.3 Medidas cautelares patrimoniais: indisponibilidade de bens	111
2.1.4 Ressarcimento ao erário: imprescritibilidade	113
2.1.5 Legitimidade	115
2.2 Atuação da Advocacia-Geral da União (AGU)	116
3 Considerações finais: desafios	118
Referências	120

O PAPEL DO SISTEMA FINANCEIRO NO SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

GERSON ROMANTINI	121
1 Introdução	121
2 Modelo internacional de prevenção e combate	123
3 Edição da Lei nº 9.613	125
4 Pessoas obrigadas	125
5 Papel do Banco Central e demais órgãos de supervisão	126
6 Obrigação de comunicar	127
7 Tipos administrativos	128
8 Evolução do regime administrativo	130
9 Considerações finais	134
Referências	134

REELEIÇÃO PRESIDENCIAL NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DEMOCRÁTICA E NO COMBATE À CORRUPÇÃO

GLAUCO COSTA LEITE	135
1 Introdução	135
2 Apontamentos históricos	136
3 Modalidades de reeleição presidencial	139
4 Democracia, corrupção e reeleição	139
5 Considerações finais	144
Referências	145

A INVESTIGAÇÃO QUE FIXOU NOVOS PARADIGMAS NO COMBATE À CORRUPÇÃO

JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, LUÍS FERNANDO MARONA	147
1 O início.....	147
2 O contexto inicial das investigações sobre crimes financeiros.....	148
3 Novos paradigmas – um novo olhar sobre o processo penal	149
3.1 A orientação dos órgãos jurisdicionais.....	150
3.2 O auxílio fundamental do instituto da colaboração premiada.....	151
3.3 Do standart probatório para aferição da responsabilidade criminal do agente.....	153
3.4 Elementos de corroboração das declarações do colaborador e a mutual corroboration.....	155
3.5 Da execução das penas após julgamento em segundo grau	158
4 Considerações finais: um tempo de alerta	163
Referências	165

ADUANA BRASILEIRA: AUMENTO DA FLUIDEZ DO COMÉRCIO EXTERIOR X COMBATE AOS ILÍCITOS ADUANEIROS E À CORRUPÇÃO

JOSÉ ELIAS ASBEG	167
1 Introdução	167
2 Apontamentos históricos	168
3 Fluidez do comércio exterior e o combate aos ilícitos aduaneiros e à corrupção	170
3.1 Fluidez do comércio exterior	170
3.2 Combate aos ilícitos aduaneiros	172
Operação Lava Jato.....	177
Operação <i>Calicute</i>	177
Operação <i>Cui Bono</i>	177
3.3 Combate à corrupção.....	177
4 Considerações finais	178
Referências	179

DESAFIOS E AVANÇOS NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO, NA ATUAÇÃO CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA	181
I Introdução	181
II Avanços e desafios na procedimentalização interna da atuação finalística.....	182
III Avanços e desafios na forma de estruturação de câmaras do MPF	184
IV Avanços e desafios na forma de estruturação de NCCs no MPF.....	186
V Avanços e desafios na implementação do planejamento estratégico do MPF.....	188
VI Avanços e desafios na consolidação da legislação de improbidade administrativa	189
VII Avanços e desafios na integração sistemática da Lei nº 12.846/2013.....	195

O CONTROLE EXTERNO NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA	199
1 Introdução	199
2 Estrutura e forma de atuação do controle externo.....	201
3 O Ministério Público de Contas.....	204
4 A primeira trincheira no combate à corrupção.....	206
5 Desafios para o aprimoramento do controle externo	207
6 A atuação coordenada dos órgãos do Estado	211
7 Reações ao controle externo e ao combate à corrupção	212
8 Conclusões.....	213
Referências	214

O COMBATE À CORRUPÇÃO AO LONGO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: MARCOS DE UMA EVOLUÇÃO NORMATIVA E JURISPRUDENCIAL

LIDIA MAEJIMA	215
1 Corrupção no Brasil	215
2 Evolução normativa e jurisprudencial no combate à corrupção	217
2.1 A Constituição Federal de 1988.....	217
2.2 Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).....	219
2.3 Lei de Combate à “Lavagem” de Bens, Direitos e Valores (Lei nº 9.613/1998).....	220
2.4 Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010).....	221
2.5 Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).....	222
2.6 Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013)	223
2.7 Prerrogativa de investigação criminal do Ministério Público	227
2.8 Execução penal	228
3 Considerações finais	231
Referências	232

ATUAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E À CORRUPÇÃO

MARCEL MASCARENHAS DOS SANTOS	235
1 Introdução	235
2 Desenvolvimento.....	236
2.1 Preceitos constitucionais relevantes e o princípio da colaboração.....	236
2.2 Correlações entre corrupção, lavagem de dinheiro e sistema financeiro	238
2.3 Sistemática internacional de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e influência sobre a legislação nacional	240
2.4 Atuação do Banco Central do Brasil decorrente da Lei nº 9.613, de 1998	244
2.4.1 Regulação do sistema financeiro	246
2.4.2 Organização do sistema financeiro	250
2.4.3 Supervisão do sistema financeiro	250
2.4.4 Relacionamento com instâncias de investigação	253
3 Considerações finais	255
Referências	258

**NOVO OLHAR SOBRE A FUNCIONALIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA:
PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PROATIVIDADE NO COMBATE À CORRUPÇÃO
NO BRASIL**

MARCELLO TERTO E SILVA	261
1 Introdução	261
2 Breve ensaio sobre a corrupção.....	263
3 A diversificação do Poder como forma de combater a corrupção	265
4 Institucionalidade repressiva e os seus paradoxos	266
5 A Advocacia Pública como organismo interno de cooperação entre o direito e a política	267
6 À guisa de conclusão, algumas premissas de atuação da Advocacia Pública sob nova perspectiva.....	272
Referências	274

FOCOS DE INOVAÇÃO NA POLÍCIA FEDERAL PARA COMBATER A CORRUPÇÃO E O CRIME ORGANIZADO

MARCIO PONCIANO DA SILVA	275
1 Introdução	275
2 O desafio da inovação no setor público	276
3 Casos de inovação na Polícia Federal.....	278
3.1 Biblioteca digital da Polícia Federal	278
3.2 Sistema de gestão de polícia judiciária (ePol)	280
3.3 Parcerias na área educacional	280
3.4 Projetos da gestão de pessoas.....	281
4 Mineração de textos em peças de inquéritos policiais: uma proposta de inovação	281
4.1 <i>Corpus</i> textual	282
4.2 Descoberta de conhecimento em inquéritos policiais.....	282
5 Procedimentos metodológicos	283
6 Considerações finais	283
Referências	284

ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO CONSULTIVO-PREVENTIVO PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

MARIA CAROLINA MARTINS E ORTIZ PELOSINI, RAFAEL PRANDINI RODRIGUES	287
1 Introdução	287
2 Da importância da autonomia, independência e concurso público para a execução do trabalho preventivo-consultivo.....	289
3 A realidade das Procuradorias Municipais no Brasil	294
4 O controle interno preventivo exercido pela Advocacia Pública Municipal	296
5 Considerações finais	299
Referências	300

**O PAPEL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO COMBATE À CORRUPÇÃO:
APURAÇÃO DE CASOS DE FRAUDE E SONEGAÇÃO, APOIO A FORÇAS-TAREFAS
E COMBATE A DESVIOS FUNCIONAIS**

MARIANA TAVARES, GUILHERME PEREIRA GRASSI	303
1 Introdução	303
2 Os caminhos trilhados pela Receita Federal no combate à corrupção	304
3 Forças em sintonia.....	305
4 Ação correcional	308
5 300.....	310
6 Conclusão	313
Referências	313

**RECEITA FEDERAL: O PAPEL DO CONTROLE ADUANEIRO NO COMBATE À
CORRUPÇÃO**

MOISÉS BOAVENTURA HOYOS	315
1 Introdução	315
2 Modernização das administrações aduaneiras	317
3 A Administração Aduaneira no Brasil	322
4 A atuação da Aduana no combate à corrupção e a outros crimes relacionados às atividades do comércio exterior	325
5 Considerações finais	328
Referências	329

**COLABORAÇÃO PREMIADA E COMBATE À CORRUPÇÃO – PRINCÍPIOS
CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGULANDO
O NEGÓCIO JUDICIAL**

NÉFI CORDEIRO	333
1 Introdução	333
2 Princípios constitucionais da Administração Pública e o negócio judicial da colaboração premiada.....	334
3 A corrupção e a eficiência da colaboração premiada	336
4 Impessoalidade, moralidade e publicidade das negociações.....	338
5 A proporcionalidade como medida da legalidade.....	341
6 Conclusão	347
Referências	348

**TRANSPARÊNCIA NO ESTADO BRASILEIRO: DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
À POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA**

OTÁVIO MOREIRA DE CASTRO NEVES	351
Introdução	351
1 A Constituição Federal, a publicidade e o direito de saber	352
1.1 O princípio da publicidade.....	352
1.2 O direito de saber	353
2 Da publicidade à transparência	353
3 Da Controladoria-Geral da União ao Ministério da Transparência	355

4	Um desenho institucional para a transparência	356
5	A Política de Transparência do Governo Federal.....	357
5.1	Transparência ativa e transparência passiva	359
5.2	O Portal da Transparência	360
5.2.1	O caso dos cartões de pagamento do governo federal.....	362
5.3	Dados abertos governamentais.....	363
5.4	O acesso à informação e o e-SIC	364
5.4.1	O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.....	365
5.4.2	A Escala Brasil Transparente.....	366
6	Desafios.....	367
7	Conclusão	368
	Referências	368

COMPLIANCE POLICIAL PREVIDENCIÁRIO

RAFAEL FERNANDES SOUZA DANTAS	371
1 Os 30 anos da Constituição Federal e a necessidade de concretização do direito fundamental à segurança pública	371
2 Breve histórico da persecução penal previdenciária	372
3 Necessidade de novos paradigmas para os trabalhos de polícia judiciária previdenciária.....	372
4 <i>Compliance</i> penal	373
5 <i>Compliance</i> penal no âmbito interno da Administração Federal – Polícia Federal e INSS.....	374
6 Mecanismos para o <i>compliance</i> Polícia Federal e INSS	375
6.1 Necessidade de novos mecanismos.....	375
6.2 Laboratório de <i>compliance</i> entre Polícia Federal e INSS.....	376
6.3 Possibilidade de funcionamento do <i>compliance</i> , com a reinterpretação da legislação atual.....	377
6.4 A comunicação de <i>compliance</i> , a prevenção a novos crimes e a previsibilidade objetiva no crime de peculato culposo, em caso de negligência	377
7 Primeiras tarefas do laboratório de <i>compliance</i> e considerações finais	379
Referências	380

A ATUAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) EM AÇÕES EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL E FRENTE PELA EDUCAÇÃO EM DIREITOS

REGINA TAMAMI HIROSE	381
1 Introdução	381
2 Breves considerações sobre a corrupção no Brasil e no plano internacional.....	383
3 As perdas de recursos públicos em decorrência da corrupção e da sonegação fiscal	385
4 A atuação da PGFN em ações educativas para a prevenção à corrupção e à sonegação fiscal	388
4.1 Programa Nacional de Educação Fiscal.....	389
4.2 Frente pela Educação em Direitos	392
5 Considerações finais	393
Referências	394

ADMINISTRAÇÃO DE BENS SEQUESTRADOS E HIPOTECADOS: CASO JORGINA DE FREITAS

RENATO RABE	397
1 Introdução	397
2 O Projeto Bidal – Ministério da Justiça	399
3 A administração de bens na Itália	399
4 Arrecadação fruto da administração e venda dos bens dos réus	400
5 Bem sequestrado x bem hipotecado	401
6 Natureza jurídica da administração de bens sequestrados destinados ao ressarcimento por ato ilícito	402
7 Administração dos bens imóveis	402
8 Necessidade de abertura de conta corrente por réu	402
9 Poderes para a Administração	404
10 Intimação dos ocupantes dos imóveis	404
11 Requerimento avulso	404
12 Venda judicial	405
13 Conversão em renda dos valores arrecadados	410
14 Considerações finais	410

O PROCESSO DE DECADÊNCIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL. A CORRUPÇÃO COMO FATOR DE EROSIÃO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

ROBERTO LIVIANU	411
1 Introdução	411
2 Desenvolvimento	412
3 Considerações finais	417
Referências	418

FISCO PARANAENSE: GESTÃO E INOVAÇÃO NA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON, CLAUDIO CARLOS WELZEL, SANDRO COUTO	419
1 Introdução	419
2 Incremento tecnológico	421
2.1 Combate à sonegação	421
2.2 Controle gerencial da fiscalização	422
2.3 Reconhecimento mundial do desenvolvimento tecnológico do Fisco	422
3 Educação fiscal	424
3.1 “Vendinha do Fisco”	425
3.2 Teatro da cidadania fiscal	425
3.3 NAF (Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal)	425
3.4 Interação com observatórios sociais e seminários	425
3.5 Programa Nota Paraná	426
4 Inovações na fiscalização	428
4.1 Implementação dos documentos e dos livros fiscais eletrônicos	428
4.2 Eficiência na execução de auditoria fiscal	428

4.3	Dispensa de contato pessoal entre contribuintes, contadores e o Fisco.....	429
4.4	Fiscalização em contribuintes de outra circunscrição	429
4.5	Programação Fiscal Estadual (PFE)	430
4.6	Sistema de Gestão Tributária – SGT	430
4.7	Autorregularização.....	430
5	Combate à corrupção.....	431
5.1	Edição da Lei Complementar nº 192/2015.....	431
5.2	Edição da Lei nº 19.130/2017	432
5.3	Abertura de canais para efetivação de denúncias	433
6	Considerações finais	433
	Referências	435

A PARTICIPAÇÃO DA PGFN NO CONTROLE PATRIMONIAL DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO – EVOLUÇÃO E AVANÇOS NECESSÁRIOS

VICTOR JEN OU	437	
1	Introdução – histórico e legislação pertinente.....	437
2	O controle patrimonial (ou sua ausência)	441
3	Conclusão	447
	Referências	448

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E O COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR	449	
1	Introdução	449
2	A renovação do Ministério Público na cena política, social e jurídica brasileira	451
3	O regime jurídico-constitucional do Ministério Público.....	453
4	O Ministério Público e a luta contra a improbidade administrativa: considerações retrospectivas e prospectivas.....	456
	Referências	459

SOBRE OS AUTORES	461
-------------------------------	-----